

Nota orientativa da ABEPSS sobre as atividades de Formação Profissional no contexto de greve das IES.

A ABEPSS historicamente apoia e defende o direito de greve de trabalhadores/as e estudantes nas IES, cujas mobilizações têm garantido a própria sobrevivência do modelo de universidade que defende, com condições de articular ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, esta nota busca responder a algumas indagações que têm sido encaminhadas a nossa entidade e nela indicamos algumas reflexões e orientações sobre as atividades acadêmicas neste contexto.

A greve é um direito constitucional. A abertura para o funcionamento excepcional de toda e qualquer atividade com o movimento paredista deve ser inteiramente dialogada com o Comando de Greve e com o Comitê de Ética da Greve, para onde devem ser dirigidas todas as propostas de programação próprias da greve, bem como a realização de atividades que se encontrem na configuração e limite dos 30% a funcionar do serviço essencial.

A entidade ressalta que os cursos de graduação e pós-graduação podem realizar amplos debates coletivos com envolvimento de discentes, docentes, servidores técnicos administrativos e profissionais em torno da discussão sobre a educação no Brasil e os problemas que vêm sendo enfrentados pela universidade pública.

Feita esta consideração inicial, considerada a mais importante, pois remete a necessidade de interagir e articular com o movimento social em tela, vamos seguir dialogando sobre três pontos, a seguir: 1) Pós-graduação; 2) Supervisão de Estágio; e 3) Defesa de bancas de TCC.

1. A pós-graduação

A experiência do movimento paredista nas IES no Brasil tem contado com diferentes posições, a partir da deflagração das greves, desde paralisação total, bem como continuidade das aulas e demais atividades. A orientação de nossa entidade comunga com o respeito ao direito de greve do docente, sugerindo a paralisação das atividades de Pós-graduação ou interação direta com reorientação de suas aulas e demais atividades com o contexto grevista. A luta pela ampliação dos recursos como parte das pautas de greve, bem como por melhores condições salariais e de assistência estudantil, incidem diretamente no crescimento das Pós-graduações, que obviamente depende de mais verbas para a Educação. É importante lembrar ainda que não há mais o critério de tempo médio de titulação nos indicadores de avaliação da CAPES e nunca houve registro de suspensão de bolsas durante o período de greves. Sugerimos ainda que situações de pesquisa ou demais atividades que não podem ser dirigidas sejam enviadas ao Comitê de Ética da greve.

2. Supervisão de Estágio

A ABEPSS reitera a PNE (Política Nacional de Estágio) e a Resolução nº 533 do CFESS como referências que devem nortear a realização das supervisões acadêmica e de campo, em todos os diferentes contextos e instituições. Assim, a nossa entidade considera ser a paralisação das atividades de Estágio como o caminho mais autêntico de apoio ao movimento paredista. Todas as decisões tomadas a partir das especificidades de cada realidade (que passam pelas condições de oferta de vagas, diferenciação de calendários das instituições e ainda as decisões autônomas dos colegiados na interação com as greves), devem ser construídas a partir do diálogo entre discentes, supervisoras/es acadêmicas/os e supervisoras/es de campo, seus respectivos colegiados com o Comando de Greve e o Comitê de Ética da Greve.

3. Defesa de TCCs

Sobre a defesa de TCCs, a ABEPSS orienta que as defesas acompanhem a alteração do calendário acadêmico, a partir do contexto de greve. Sobre qualquer orientação contrária, a indicação é especialmente interagir com o Comitê de Ética da Greve. Em algumas universidades o próprio Comando de Greve já indica as defesas como parte integrante dos 30% das atividades essenciais que não podem ser paralisadas.

A ABEPSS defende portanto em primeiro plano uma adesão total de todas as atividades acadêmicas ao movimento paredista como uma forma de intensificar a participação de todos. Sobre possíveis flexibilizações nesta posição política, deve ser levada em consideração o diálogo ético e político como o Comando de Greve e o Comitê de Ética da Greve. Nas duas situações o que está em questão e o mais importante é o fortalecimento do movimento que garanta a formação dos/as participantes no processo e no resultado, com lutas e vitórias das necessárias reivindicações.